



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE NOVA
ANDRADINA-MS**

EXERCÍCIO DE 2024

**RUA SENADOR AURO SOARES DE MOURA ANDRADE, 1159 - BAIRRO CAPILÉ - CEP: 79.750-047
TELEFONES: (67) 3441-1187 – presidencia@previna.ms.gov.br**



Sumário

1. Apresentação – Contexto Operacional	4
2. Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina – PREVINA.....	4
2.1 Órgão deliberativo	4
2.2 Diretoria Executiva.....	4
2.3 Conselho Fiscal.....	4
2.4 Comitê de Investimentos	4
3. Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e Principais Políticas Contábeis	4
3.1 Resumo das Principais Políticas Contábeis	5
3.1.3 Receitas e Despesas	5
3.1.4 Caixa e Equivalentes de Caixa	5
3.1.5 Créditos Previdenciários a Receber – Os créditos foram reconhecidos pela competência, provisionados pelo valor original.	5
3.1.5 Aplicações Financeiras	5
3.1.6 Estoques	5
3.1.7 Imobilizado.....	6
3.1.8 Depreciação dos bens móveis.....	6
3.1.9 Passivo circulante e não circulante	6
4. Informação Complementar dos Principais itens das Demonstrações Contábeis	7
4.1 Balanço Patrimonial – Anexo 14	7
4.1.2 Ativo Circulante.....	7
4.1.2.1 Caixa e Equivalente de Caixa.....	7
4.1.2.2 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	7
4.1.2.3 Investimentos e Aplicações.....	8
4.1.2.4 Estoques.....	8
4.1.2.5 Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	8
4.1.2.6 Ativo não circulante	8
4.1.3 Passivo Circulante	9
4.1.3.1 Demais Obrigações a curto prazo	9
4.1.3.2 Passivo não circulante.....	9



4.1.4 Superávit Financeiro	9
4.2 Demonstração das Variações Patrimoniais – Anexo 15.....	10
4.2.3 Contribuições	11
4.2.4 Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	11
4.2.5 Transferências e Delegações Recebidas	11
4.2.6 Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	11
4.2.7 Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	11
4.2.8 Resultado Patrimonial.....	11
4.3 Balanço Orçamentário – Anexo 12	12
4.3.1 Dotação Atualizada	13
4.3.2 Execução de Restos a Pagar	13
4.4 Balanço Financeiro – Anexo 13	13
4.4.1 Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários	13
4.4.2 Resultado Financeiro.....	13
4.5 Demonstrativo da Dívida Flutuante – Anexo 17	14
4.6 Demonstração dos Fluxos de Caixa – Anexo 18.....	14
4.6.2 Outros Ingressos Operacionais	14
4.6.3 Outros Desembolsos Operacionais	14
4.6.4 Apuração Do Fluxo De Caixa Do Período	15
4.7 Informações Relevantes.....	15
4.7.1 Demonstrativo das Despesas Administrativas para Manutenção Do RPPS	15
4.7.2 Custeio administrativo	15
4.8 Considerações Finais.....	16



1. Apresentação – Contexto Operacional

O Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina-MS, CNPJ: 15.358.498/0001-36 está situado à Rua Senador Auro Soares de Moura Andrade nº 1159, Bairro Capilé, foi criado através da Lei Municipal nº 993, de 1º de setembro de 2011 e posteriores alterações, é uma entidade autárquica com personalidade jurídica de direito Público interno, integrante da administração indireta do Município com autonomia administrativa e financeira, ao qual compete a administração, o gerenciamento e a operacionalização da Unidade Gestora do RPPS, incluindo a arrecadação e gestão de recursos previdenciários, homologação dos benefícios de aposentadoria e pensão, o pagamento e a manutenção desses benefícios, observando os critérios legais, de forma a garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, em conformidade com as avaliações atuariais realizadas em cada exercício financeiro.

2. Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina – PREVINA: é uma instituição autárquica, gerida administrativamente por:

2.1 Órgão deliberativo – Conselho Deliberativo

2.2 Diretoria Executiva é composta por Diretor Presidente como ordenador de despesa, Diretor Financeiro e Gestor dos Recursos e Diretor Secretário e de Benefícios

2.3 Conselho Fiscal – Órgão de Controle

2.4 Comitê de Investimentos – Órgão Consultivo

3. Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e Principais Políticas Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCTSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP - 9ª edição), Plano de Contas (PCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional e demais normativos vigentes aplicados aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS's).

A estrutura e a composição das demonstrações contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras do setor público NBCT SP e o MCASP e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial – Anexo 14;
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais – Anexo 15;
- III. Balanço Orçamentário – Anexo 12;
- IV. Balanço Financeiro – Anexo 13;

RUA SENADOR AURO SOARES DE MOURA ANDRADE, 1159 - BAIRRO CAPILE - CEP: 79.750-047
TELEFONES: (67) 3441-1187 – presidencia@previna.ms.gov.br



- V. Demonstração da Dívida Flutuante – Anexo 17;
- VI. Demonstração dos Fluxos de Caixa – Anexo 18;

3.1 Resumo das Principais Políticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil para as Entidades Públicas, conforme orientações expedidas Pelo Conselho Federal de Contabilidade, orientações da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, por meio da portaria conjunta STN/SOF nº 23/2023, portaria conjunta STN/SRPC nº 22/2023, Portaria do MTP - Ministério do Trabalho e Previdência nº 1.467/2022, lei complementar nº 101/2000, Lei 4.320/64, NBC TSP 11/2018, MCASP 10ª edição e Resolução TC/MS nº 088/2018.

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados, tendo em consideração as premissas das NBCT SP e do MCASP – 10ª EDIÇÃO.

3.1.3 Receitas e Despesas- As receitas e despesas foram reconhecidas segundo o regime contábil de competência, em atenção às orientações expedidas pelo Manual de Contabilidade Pública 10ª Edição e Portaria do MTP - Ministério do Trabalho e Previdência nº 1.467/2022, ressaltamos que a referida regra não se aplica aos Demonstrativos oriundos da Execução Orçamentária, que possuem registro misto, conforme norteia o art. 35 da lei. 4.320/64.

3.1.4 Caixa e Equivalentes de Caixa—Inclui o saldo em contas bancárias e aplicações de liquidez imediata que constam em extrato bancário.

3.1.5 Créditos Previdenciários a Receber – Os créditos foram reconhecidos pela competência, provisionados pelo valor original.

3.1.5 Aplicações Financeiras— Investimentos e aplicações são divididos em diversos segmentos de acordo com a Resolução nº 4.963/2021 do Conselho Monetário Nacional. Os critérios estão estabelecidos na Política de Investimentos aprovada anualmente conforme determina a Legislação aplicada à Gestão de Recursos do RPPS. Esses recursos são alocados em diversos fundos de investimento e devem buscar rentabilidade suficiente para atingir a Meta definida no Cálculo Atuarial realizado anualmente. Os saldos são atualizados mensalmente conforme a marcação a mercado, e contabilizados conforme disposto na IPC 14. As aplicações de liquidez imediata foram consideradas como aplicação de renda fixa e mensuradas pelo valor original e atualizadas ao fim do mês para efeitos contábeis. Para efeitos de resgate das aplicações financeiras foi utilizado o método PEPS.

3.1.6 Estoques – Compreendem os materiais em almoxarifado para suprimento das atividades diárias da entidade, sendo material de expediente, limpeza e gêneros alimentícios. Na entrada, esses materiais são



avaliados pelo valor de aquisição e na saída, ou seja, consumo é o custo médio ponderado (art. 85 da Lei 4.320/64).

3.1.7Imobilizado— É composto pelos bens móveis do Instituto, mobiliário, equipamentos de tecnologia e veículos. É reconhecido inicialmente pelo valor de aquisição. Após o reconhecimento inicial os bens ficam sujeitos à depreciação.

3.1.8Depreciação dos bens móveis— O método de cálculo da depreciação é feito conforme Decreto Municipal nº 1.600/2015 em face de determinações contidas na Portaria STN nº e 1.569/2023, em atendimento à NBC TSP 07/2017 do Conselho Federal de Contabilidade.

3.1.9Passivo circulante e não circulante— As obrigações de curto prazo são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e juros ocorridas até a data das demonstrações contábeis. O passivo circulante é composto por obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar; fornecedores e contas a pagar e demais obrigações a pagar no curto prazo. O passivo não circulante é composto pelas provisões a longo prazo, referem as provisões matemáticas previdenciárias conforme a necessidade do reconhecimento do passivo atuarial do RPPS e sua evidenciação no Balanço Patrimonial. O cálculo atuarial está de acordo com as normas dispostas na Portaria 1.467/2022. Os cálculos foram realizados em conformidade a Nota técnica atuarial, enviadas à SPREV conforme previsto no artigo 26 e seguintes da Portaria 1.467/2022.

Outras Informações Relevantes:

a) Objetivos e políticas de gestão de risco financeiro da entidade

A entidade possui o Pró-Gestão do Nível II, a manutenção e melhoria de parâmetros na gestão de controle interno, administrativa e educação previdenciária, ocorreu durante todo o exercício na intenção da mitigação de riscos.

b) Gestão de Capital

Os recursos financeiros são geridos conforme o regramento normativo da Resolução CMN nº 4.963/2021, que entrou em vigor em 3 de janeiro de 2022. Informações sobre a referida gestão podem ser encontradas através do endereço eletrônico: <https://www.previna.ms.gov.br/estrutura-administrativa-atas/comite-de-investimentos/grupos>, onde consta as reuniões do Comitê de Investimentos e na Avaliação de Desempenho das Aplicações Financeiras, que segue devidamente atestado por Técnico Credenciado pela CVM — Comissão de Valores Mobiliários. Cabe relatar que no exercício de 2024 a entidade teve como assessoria de investimentos a empresa Matias e Leitão Consultores Associados LTDA CNPJ 14.813.501/0001-00, que apresentou como consultor devidamente registrado na Comissão de Valores Mobiliários o Sr. Vitor Leitão Rocha que nos auxiliou até 31/12/ 2024.



c) Plano de Contas Estendido

Os registros contábeis foram elaborados utilizando a extensão do Plano de Contas mínima do 7º nível, conforme estabelece a Portaria MTP nº 1.467/2022.

d) Apresentação dos Demonstrativos em Formato Simplificado

Os Demonstrativos Contábeis apresentados neste relatório, foram elaborados em seu formato simplificado (resumido), em atenção ao que estabelece o § 11º NBC T 16.6, homologada pela Resolução CFC nº 1.133/2008.

4. Informação Complementar dos Principais itens das Demonstrações Contábeis

4.1 Balanço Patrimonial – Anexo 14

4.1.2 Ativo Circulante– é composto pelas contas Caixa e Equivalente de Caixa, Investimentos e Aplicações e Estoques.

4.1.2.1 Caixa e Equivalente de Caixa – são aplicações financeiras de liquidação imediata, embora aplicado o resgate poderá ser realizado em D+0, aplicação considerada pelo Comitê de Investimentos como “janela de oportunidade” se beneficiando de duas formas pela alta rentabilidade de fundos atrelados ao DI e aguardando alternativas de aplicação em produtos de prazo mais longo.

Banco Conta Movimento -Fundo em Capitalização	300.000,00
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata -Taxa de Administração	538.275,76
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Fundo em Capitalização	403.714,15
Banco Conta Movimento -Taxa de Administração	161.256,39
Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa	1.403.246,30

Instituição Bancária	Nº da conta	Saldo em 31/12/2024
Caixa Econômica Federal	0788/006/00000100-1	403.714,15
Banco do Brasil	728-5/152012-1	0,00
XP Investimentos	809545	0,00
Banco do Brasil	728-5/59650-7	0,00
Santander	3109/45000006-8	0,00
Banco do Brasil	728-5/56468-0	538.275,76
Banco do Brasil	728-5/56468-0	161.256,39
Caixa Econômica Federal	0788/006/00000100-1	300.000,00

As contas bancárias 728-5/56468-0 são utilizadas para a taxa de administração, a 728-5/59650-7 para recursos dos Aportes Periódicos e as demais para pagamento de benefícios previdenciários e aplicações financeiras.

4.1.2.2 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo– refere-se à contribuição do RPPS a receber. Conforme previsto no Art. 18 § 4º da Lei 993/2011, o repasse das contribuições ocorrerá em até o dia 15 do mês subsequente ao da competência. Os valores referentes a serem recebidos em 2025 estão elencados abaixo:

RUA SENADOR AURO SOARES DE MOURA ANDRADE, 1159 - BAIRRO CAPILÉ - CEP: 79.750-047
TELEFONES: (67) 3441-1187 – presidencia@previna.ms.gov.br



Créditos Previdenciários a Receber a Curto Prazo	2024
Contribuições a Receber - Servidor	2.113,72
Contribuições a Receber - Patronal	2.574,21
Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários	368.074,38

4.1.2.3 Investimentos e Aplicações

Investimentos e Aplicações do RPPS – Fundo em Capitalização	156.448.785,75
---	----------------

O saldo bancário é R\$ 158.380.564,58 e o saldo contábil é R\$ 157.852.032,05. A Diferença apurada é referente a repasses duplicados efetuados pela Prefeitura de Nova Andradina no dia 30/12/2024, no valor total de R\$ 528.532,53, os valores foram devidamente estornados no dia 06 de janeiro de 2025.

No contraste com o ano precedente, 2024 houve diminuição na volatilidade e uma postura mais restritiva em termos de política econômica nas principais economias mundiais. Essa conjuntura resultou em uma atividade econômica global mais moderada, contudo, contribuiu para o efetivo controle da inflação, notadamente pela redução em relação aos níveis registrados no ano anterior.

A estabilidade observada refletiu positivamente nos investimentos da carteira do PREVINA, destacando-se, sobretudo, os ativos vinculados à renda variável nacional e investimentos em ativos internacionais. Além disso, o desempenho sólido na Renda Fixa se destacou, superando as metas estabelecidas em todos os seus subsegmentos. Em síntese, ao encerrar o exercício de 2024, a carteira do PREVINA alcançou uma rentabilidade de 8,44%, superando a meta atuarial de IPCA+5,01% (acumulada em 10,08%). O detalhamento completo das aplicações financeiras de 2024 podem ser acompanhadas nos relatórios mensais, pelo link: <https://www.previna.ms.gov.br/tipo-da-transparencia/aplicacoes-e-investimentos/detalhes?type=relatorio-de-investimento>

4.1.2.4 Estoques– compreendem os bens adquiridos (material de consumo, material de expediente, gêneros alimentícios e materiais gráficos) de utilização própria do RPPS para exercício de suas atividades.

Descrição	Saldo Inicial	Entradas	Saídas	Saldo Final
Bens de Consumo	5.768,27	2.132,16	1.941,06	5.959,37

4.1.2.5 Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente– referem-se a prêmios de seguros a apropriar dos veículos do Instituto.

4.1.2.6 Ativo não circulante

Créditos a Longo Prazo – para o exercício de 2024 o PCASP estendido 2024 trouxe uma modificação para o reconhecimento de CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DÉFICIT ATUARIAL, quando da implementação do plano de equacionamento do déficit atuarial e foi reconhecida na conta (1.2.1.1.2.08.01).

Bens móveis e Depreciação

Compreendem os bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade. Os bens móveis são registrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada refere ao Imobilizado que é



composto por bens móveis que são mobiliários, equipamentos de tecnologia e dois veículos. O método para apurar os valores da depreciação é por quotas constantes ou linear, pelo qual a depreciação é calculada dividindo-se o valor a ser depreciado pelo tempo de vida útil do bem; logo o valor do encargo de depreciação será o mesmo em todos os períodos. Os bens são depreciados a partir do mês em que foram incorporados ao patrimônio do Instituto.

Descrição	Saldo Inicial	Entradas	Depreciação	Saldo Final
Bens Permanentes	164.583,16	8.794,00	17.194,26	156.182,90

4.1.3 Passivo Circulante - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreendem as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como os benefícios de direito dos servidores. Ao findar do exercício 2024 ficou saldo remanescente de férias que se referem às férias dos Diretores de Benefício e Financeiro, conforme a Lei do Previna 993/2011.

Férias	6.053,33
--------	----------

4.1.3.1 Demais Obrigações a curto prazo

Consignações	98.843,29
--------------	-----------

4.1.3.2 Passivo não circulante

Referem-se aos Benefícios de Aposentadorias e Pensões a pagar no futuro, conforme demonstrado na Avaliação Atuarial elaborada em 31/12/2024.

Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	428.800.870,49
---	----------------

4.1.4 Superávit Financeiro

Apurado pela diferença positiva entre o ativo financeiro e passivo financeiro, conforme §2º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964.

O quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial demonstra o saldo da conta contábil 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação de recursos.

Ativo Financeiro	147.135.458,56
(-) Passivo Financeiro	98.843,29
Superávit Financeiro	147.036.615,27

O valor constante nas fontes 1.800.1111e 1.800.1121 se refere a contribuições: patronal, servidores, compensação previdenciária e aportes para Amortização do Déficit Atuarial conforme prevê a Lei 1.814/2024, foram separadas (desdobradas), a fim de contribuir com análise gerencial da arrecadação, assim como para atender as orientações do MCASP 10ª edição.

A Reserva Administrativa no valor de R\$ 699.532,15 constante na fonte 1.802.0000 (arrecadada no exercício) e 2.802.0000 (arrecadada no exercício anterior) está alocada na Instituição Financeira Banco do Brasil.



No exercício/2024, os rendimentos foram ajustados para o superávit “P”, permanecendo as aplicações com superávit “F”, demonstrada no quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial apenas o valor das aplicações.

Total por fontes de recursos

Fonte	Descrição	Valor
1.800.1111	Recursos vinculados ao RPPS- Fundo em Capitalização	146.139.572,95
1.800.1121	Recursos vinculados ao RPPS- Fundo em Capitalização	197.510,17
1.802.0000	Recursos vinculados ao RPPS- Taxa de Administração	648.212,32
2.802.0000	(SF) Recursos vinculados ao RPPS- Taxa de Administração	51.319,83
Total		147.036.615,27

No exercício de 2024, o Instituto separou os recursos das contas do grupo 1.1.4 Investimentos atributo de Superávit Financeiro “P” para os rendimentos e “F” para as aplicações.

Com essa adequação do atributo de Superávit, o valor enviado nos xml 28, 52 e 53 não é o valor total dos Investimentos, é apenas referente ao valor aplicado que está marcado com atributo de Superávit Financeiro “F”, porque os rendimentos (variações) mensais dos Investimentos estão marcados com atributo de Superávit Financeiro “P”.

O layout do xml 28-Conciliação Bancária em 31 de dezembro, 52-Avaliação de Desempenho das Aplicações Financeiras e 53-Subanexo da Avaliação de Desempenho das Aplicações Financeiras contempla apenas recursos com atributo de Superávit Financeiro “F”.

O xml 13- anexo 14 Balanço Patrimonial e o 35- balancete de verificação contempla os dois atributos (P e F). Nesses dois anexos são gerados o valor dos fundos de investimentos com atributo de Superávit Financeiro “F” e seus rendimentos com atributo de Superávit Financeiro “P”.

1.1.1.0.0.00.00	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.403.246,30
1.1.4.4.1.00.00	Invest. E Aplicações Temp. De Curto Prazo Do RPPS	156.448.785,75
Total		157.852.032,05

4.2 Demonstração das Variações Patrimoniais – Anexo 15

A Demonstração das Variações Patrimoniais tem o propósito de apresentar o Resultado Patrimonial Líquido do período, obtido entre o balanceamento das Variações Patrimoniais Aumentativas, (VPA), e as Variações Patrimoniais Diminutivas, (VPD), as variações Patrimoniais foram reconhecidas segundo o princípio contábil da competência, a luz do que preconiza a Portaria MPS nº 509/2013

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.



Em 2024, o resultado patrimonial foi de R\$224.202,00. Importante ressaltar que esse resultado não é um indicador de desempenho, mas sim um medidor em relação às alterações quantitativas dos elementos patrimoniais

Compreende-se como Contribuições Sociais, para formação do plano previdenciário de custeio do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Nova Andradina.

Valorização e ganhos com ativos, é a rentabilidade positiva da carteira de investimentos, referente aplicação no mercado financeiro conforme estabelecido na Política de Investimentos do PREVINA, conforme relatório do Comitê de Investimentos que segue anexo à prestação de contas.

4.2.3 Contribuições

Contribuição do Servidor Ativo	9.293.113,71
Contribuição do Aposentado RPPS	192.937,03
Contribuição do pensionista RPPS	3.185,49
Contribuição Patronal do Servidor Ativo	11.308.074,20
Total	20.797.310,43

4.2.4 Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	246.148,10
Total	246.148,10

4.2.5 Transferências e Delegações Recebidas

Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	4.876.907,20
Total	4.876.907,20

4.2.6 Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

Reavaliação de Ativos	15.415.590,01
Total	15.415.590,01

4.2.7 Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	
Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência	11.663.592,97
Total	

4.2.8 Resultado Patrimonial

Variações Patrimoniais Aumentativas	52.999.548,71
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	53.223.750,71
= Resultado Patrimonial Do Período	-224.202,00

Vale destacar, que as Normas Brasileiras de Contabilidade-NBC TSP nº 11/2018, que versa sobre a apresentação das Demonstrações Contábeis, incentiva que Gestor Público, apresente a análise das variações patrimoniais diminutivas, (parágrafo nº 25 e seguintes), desta forma, passamos a apresentação dos referidos valores, a luz do disposto normativo supramencionado, conforme o quadro acima.

O valor referente a encargos de pessoal corresponde à remuneração dos servidores lotados no PREVINA e jeton pago a conselheiros e membros do Comitê de Investimentos.



O valor contabilizado como perda de ativos se refere à desvalorização de cotas dos fundos de investimentos em virtude da volatilidade do mercado financeiro, destacando que essa perda não se concretizou tendo em vista que o PREVINA tem superávit financeiro não sendo necessário resgatar fundos com cotas negativas. As aplicações são mantidas até a recuperação dos ativos.

A VPD de constituição de provisões é referente ao registro contábil da Provisão Matemática Previdenciária constante na Avaliação Atuarial Anual, que dentre várias definições, representa o estudo técnico desenvolvido por atuário habilitado, a qual se baseia nas premissas constantes no Estudo Atuarial, com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia dos pagamentos dos benefícios previstos pelo plano de benefícios.

4.3 Balanço Orçamentário – Anexo 12

A Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2024 de nº 1.800/2023 estimou a receita no montante de R\$ 25.426.445,09 e fixou a despesa em R\$ 25.426.445,09 para operacionalização das despesas do RPPS.

Superávit Orçamentário

Receitas Realizadas	51.628.104,63
(-) Despesas Empenhadas	17.492.881,88
Resultado Orçamentário	34.126.428,75

Superávit de Arrecadação

Previsão Atualizada da Receitas	25.426.445,09
Receitas Realizadas	51.628.104,63
Superávit de Arrecadação	26.201.659,54

A receita patrimonial dos valores mobiliários é contabilizada conforme a Instrução de Procedimentos Contábeis 14, onde o procedimento recomendado é a atualização mensal do valor das cotas do fundo, registrando a marcação a mercado de acordo com o extrato bancário.

Vale ressaltar que não existe valor registrado em dívida ativa, uma vez que o Ente e Contribuintes individuais estão aportando seus compromissos para com a previdência municipal dentro dos prazos fixados pela Lei 993/2011.

Observando o demonstrativo acima, verifica-se que a proposição de arrecadação ocorreu acima das expectativas e registramos o valor de Outras Receitas Correntes, decorrente da Compensação Financeira entre o RGPS e RPPS, conforme normativa a Lei 9.796/1999 que trata da compensação financeira entre regimes na hipótese de contagem recíproca de tempo de contribuição.

Ressaltando que existem créditos a pagar e a receber, e o sistema COMPREV realiza o batimento e credita/debita a diferença, conforme quadro abaixo:



Fluxo Financeiro anual recebido e pago a título de compensação previdenciária ao INSS no exercício de 2023:

Compensação Financeira	Recebimento	Pagamento
	11.295.518,59	817.441,02

4.3.1 Dotação Atualizada

Demonstra a dotação inicial somada aos créditos adicionais suplementares abertos durante o exercício financeiro de 2023. Considerando que os recursos utilizados decorreram da anulação parcial de dotação, conforme inciso III do § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964, permaneceu inalterada a dotação inicial.

No exercício foram autorizados créditos suplementares usados para cobertura dos créditos em referência, de acordo com o Art. 43 Da Lei Federal nº 4.320/64.

Dotação Inicial	25.426.445,09
Crédito Suplementar	2.088.976,41
(-) Anulação por dotação	1.472.933,31
Superávit Financeiro	616.043,10
Dotação Atualizada	25.426.445,09

Relação de alterações orçamentárias por fonte de recursos

1802.0000 Recursos vinculados ao RPPS- Taxa de Administração	390.094,17
2.802.000 Recursos vinculados ao RPPS- Superávit Taxa de Administração	616.043,10
1800.1111 Recursos vinculados ao RPPS- Fundo em Capitalização	929.940,30
1800.1121 Recursos vinculados ao RPPS- Fundo em Capitalização	152.898,84
Total	2.088.976,41

4.3.2 Execução de Restos a Pagar

Não houve inscrição de Restos a pagar no exercício.

4.4 Balanço Financeiro – Anexo 13

A instrução do IPC 14 está sendo aplicada, os valores correspondentes a CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA está sendo devidamente apresentada com as contas (111000000). Devido a limitação decorrente do software utilizado pela administração pública – BETHA SISTEMAS, não foi possível em anos anteriores seguir a IPC 14, questão sanada somente a partir do exercício de 2023.

4.4.1 Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários

Compreendem os ingressos não previstos no orçamento e os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária. Em geral, envolvem valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam o Saldo do Exercício Anterior e o Saldo para o Exercício Seguinte, conforme IPC 06 da Secretaria do Tesouro Nacional.

4.4.2 Resultado Financeiro

Saldo em espécie para o exercício seguinte	1.403.246,30
--	--------------



(-) Saldo em espécie do exercício anterior	1.052.570,28
Resultado Financeiro do Exercício	350.676,02
(+) Receitas Orçamentárias	51.628.104,63
(+) Outras Movimentações Financeiras Recebidas	89.033.560,12
(+) Recebimentos Extraorçamentários	5.292.860,52
(-) Despesas Orçamentárias	17.501.675,88
(-) Transferências Financeiras Concedidas	122.332.391,18
(-) Pagamentos Extraorçamentários	5.769.782,19
Resultado Financeiro do Exercício	350.676,02

4.5 Demonstrativo da Dívida Flutuante – Anexo 17

O valor da dívida fluante é composto pelas contas de restos a pagar, consignações e retenções em pagamentos. Na tabela seguinte, tem-se o demonstrativo da situação das consignações inscritas no exercício anterior e executadas até o final do exercício de 2024.

Dep. Rest. e valores vinculados	Saldo de 2023	Inscritos em 2024	Pagamento	Saldo para 2025
Total	68.472,92	2.771.250,18	2.740.879,81	98.843,29

4.6 Demonstração dos Fluxos de Caixa – Anexo 18

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) do RPPS apresenta as entradas e saídas de caixa dos fluxos operacional e de investimento, evidenciando as alterações de caixa e equivalentes de caixa no exercício.

4.6.2 Outros Ingressos Operacionais são contas utilizadas com arrecadações, retenções e consignações.

Aportes Periódicos para Amortização do Déficit Atuarial do RPPS	4.876.907,20
Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência	11.295.518,59
Consignação em Bancos	1.490.469,52
Sindicatos	55.878,43
Imposto de Renda Retido na Fonte	1.200.921,22
ISS	106,98
Plano de Saúde	4.512,69
Valorização a valor justo dos investimentos	2.521.610,34
Desconto por decisão judicial	19.361,34
Total	21.465.286,31

4.6.3 Outros Desembolsos Operacionais são contas utilizadas com retenções e consignações.

Desvalorização a valor justo dos Investimentos	705.975,48
Consignação em Bancos	1.479.460,49
Imposto de Renda Retido na Fonte	1.200.921,22
Sindicatos	55.878,43
ISS	106,98
Plano de Saúde	4.512,69



Variações Patrimoniais Diminutivas de Fatos Geradores	2.322.926,90
Total	5.769.782,19

4.6.4 Apuração Do Fluxo De Caixa Do Período

Geração Líquida De Caixa E Equivalente De Caixa	350.676,02
Caixa E Equivalente De Caixa Inicial	1.052.570,28
Caixa E Equivalente De Caixa Final	1.403.246,30

Fluxos De Caixa Das Atividades Operacionais - Ingressos	56.920.965,15
(-) Fluxos De Caixa Das Atividades Operacionais - Desembolsos	23.262.664,07
Fluxos De Caixa Das Atividades De Investimentos- Ingressos	89.033.560,12
(-) Fluxos De Caixa Das Atividades De Investimentos - Desembolsos	122.341.185,18
Fluxos De Caixa Das Atividades De Financiamento	0,00
Geração Líquida De Caixa E Equivalente De Caixa	350.676,02

No Fluxo das Atividades Operacionais ocorreram maiores ingressos que desembolsos, gerando saldo positivo no exercício, devido ao fato das receitas arrecadadas terem sido superiores as despesas pagas. No Fluxo das Atividades de Investimentos houve aquisição de equipamentos de proteção e segurança para atender a demanda do Instituto. No Fluxo das Atividades de Financiamentos, não houve movimentação durante o exercício.

4.7 Informações Relevantes

4.7.1 Demonstrativo das Despesas Administrativas para Manutenção Do RPPS

4.7.2 Custeio administrativo

A Portaria nº 1.467/2022 prevê que a receita para cobertura do custeio administrativo e o limite de gastos deve estar estabelecido em lei do ente federativo, sendo que para o financiamento a alíquota deverá ser estabelecida no cálculo atuarial e o limite ficou definido um percentual que deverá ser calculado conforme o porte do Município estabelecido no Índice de Situação Previdenciária – ISP-RPPS.

Para o Município de Nova Andradina, avaliado no grupo de médio porte, ficou determinado na lei nº 1.683/2022 posteriormente alterada pela Lei 1.718/2022, que o financiamento da RESERVA ADMINISTRATIVA seria na ordem de 3% calculado sobre a remuneração dos servidores ativos, e repassados mensalmente na alíquota patronal, sendo segregado quando do ingresso no PREVINA.

O limite de gastos anual será de no máximo 3% aplicado sobre o somatório da remuneração de contribuição dos servidores ativos vinculados ao PREVINA, apurado no exercício financeiro anterior ao da sua execução.



A execução das despesas administrativas deu-se da seguinte forma no exercício de 2024.

(+) Receita Recebida do Ente para Custeio Administrativo	1.983.757,01
(-) Despesas empenhadas de Administração - RPPS	1.638.256,50
Despesas Correntes	1.629.462,50
Pessoal e encargos sociais	547.611,51
Demais despesas correntes	1.081.850,99
Despesas de Capital	8.794,00
= Resultado	345.500,51

4.8 Considerações Finais

As Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis foram elaboradas com o objetivo de apresentar informações relevantes da Gestão do Instituto, evidenciando de forma analítica a situação patrimonial do Instituto a fim de tornar mais transparente os dados contidos nos demonstrativos apresentados no exercício de 2024.

Nova Andradina-MS, 28/03/2025.

BRUNO ALVES
DE
SALES:02363432
118

Assinado de forma
digital por BRUNO ALVES
DE SALES:02363432118
Dados: 2025.03.28
12:43:54 -04'00'

Bruno Alves de Sales
Diretor Presidente

GISLAINE TEIXEIRA
ERVILHA:90991311191

Assinado de forma digital por
GISLAINE TEIXEIRA
ERVILHA:90991311191
Dados: 2025.03.28 12:40:22 -04'00'

Gislaine Teixeira Ervilha
CRC/MS 012922/O-2

